



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

**TERMOS DE REFERÊNCIA**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – SRP**

**FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF 6ª SR, NO ESTADO DA BAHIA.**

**MAIO DE 2024**



## ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO .....	3
2. FORMA DE FORNECIMENTO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO .....	5
3. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE.....	6
4. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS.....	6
5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	8
6. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA .....	9
7. PROPOSTA FINANCEIRA .....	9
8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	11
9. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	13
10. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	13
11. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	13
12. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	13
13. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS .....	14
14. FISCALIZAÇÃO .....	15
15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....	16
16. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF .....	17
17. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	18
18. CONDIÇÕES GERAIS.....	18
19. ANEXOS.....	19



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Fornecimento, transporte, carga e descarga de equipamentos destinados à estruturação e fortalecimento de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, nos municípios da área de atuação da CODEVASF 6ª SR, no Estado da Bahia. O valor máximo estimado é **R\$ 1.218.952,42 (um milhão, duzentos e dezoito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos)**, conforme quadros abaixo:

Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência								
Equipamentos / Insumos para Apoio a Ações de Arranjos Produtivos Locais								
Item	CATMAT	Descrição/ Especificações técnicas	Qtd	Unidade	Valor unitário	Valor total	Margem de preferência (%)	Fonte da Cotação
1	602880 (semelhante)	Triciclo	18	und	R\$ 33.186,50	R\$ 597.357,04	90%	Painel de preços e Cotação
2	602880 (semelhante)	Triciclo	2	und	R\$ 33.186,50	R\$ 66.373,00	10%	Painel de preços e Cotação
3	205112 (semelhante)	Fragmentadora de papel	18	und	R\$ 7.784,67	R\$ 140.124,11	90%	Painel de preços e Cotação
4	205112 (semelhante)	Fragmentadora de papel	2	und	R\$ 7.784,67	R\$ 15.569,35	10%	Painel de preços e Cotação
5	459039 (semelhante)	Triturador de vidro	18	und	R\$ 19.976,45	R\$ 359.576,03	90%	Painel de preços e Cotação
6	459039 (semelhante)	Triturador de vidro	2	und	R\$ 19.976,45	R\$ 39.952,89	10%	Painel de preços e Cotação
Total						R\$ 1.218.952,42		

- Os Itens 01, 03 e 05 são abertos para participação de todas as empresas.

- Os Itens 02, 04 e 06 são cotas de até 10%, destinados para as microempresas e empresas de pequeno porte. Decreto 8.538/15, art. 8º.

### TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Nestes Termos de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os bens acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**TERMOS DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Juazeiro, Bahia, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objetos deste Termos de Referência.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CATMAT** – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**CATSERV** - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos fornecimentos, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos sem fabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais sem fabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.



**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termos de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termos de Referência.

**PROPOSTA FINANCEIRA** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

**SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

## **2. FORMA DE FORNECIMENTO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

2.1 Forma de realização: forma eletrônica, por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores. O presente pregão eletrônico reger-se-á pela lei 14.133/2021 e pelo Decreto nº 11.462/2023, no ambiente eletrônico, especificamente no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

2.2 Modo de disputa: ABERTO, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de (0,5 %) que incidirão tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. Art. 14, Inciso III do Decreto 10.024/2019.

2.3 A licitação será realizada em 06 itens, conforme especificado na Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência Equipamentos, anexo II deste Termo de Referência.

2.4 Forma de Fornecimento: Parcelado, de acordo com as ordens fornecimento emitidas, sendo vedada a entrega parcial dos itens solicitados.

2.5 Critério de julgamento: Menor Preço, de acordo com o Art. 7 do Decreto nº 10.024/2019.

2.6 Valor estimado: Público.



### **3. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE**

- 3.1 Os itens objetos deste Termo de Referência deverão ser entregues na sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada no seguinte endereço: Avenida Comissão do Vale, s/n, Bairro Piranga, CEP: 48.900-056, Município de Juazeiro, Estado da Bahia.
- 3.2 O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as possibilidades de avarias durante o transporte deverão ser previstas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

### **4. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS**

- 4.1. O objeto do presente Termo de Referência compreende o fornecimento de equipamentos, bem como os testes, manuais de montagem e uso, a carga, o transporte e a descarga dos equipamentos, conforme descritos no item 1 deste documento.
- 4.2. A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, e nas Especificações Técnicas – Anexos II e III deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observadas criteriosamente pelas licitantes.
- 4.3. A Codevasf poderá reservar o direito de, na contratação, solicitar o fornecimento de parte dos equipamentos que compõe os grupos a serem licitados.
- 4.4. A Codevasf não dispõe no local da entrega nem de equipamentos, nem de pessoal para as atividades de descarga dos equipamentos e máquinas a serem adquiridos, devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida (mínimo de 5 dias) a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos itens a serem entregues.
- 4.5. A descarga das máquinas e equipamentos no local indicado é de responsabilidade da licitante e a CODEVASF não fornecerá mão de obra nem equipamentos de manuseio.
- 4.6. O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste Termo de Referência devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.
- 4.7. Todo o transporte deve ser acompanhado pelo fabricante/fornecedor que deverá manter no local indicado para a entrega, um técnico para acompanhar junto com a fiscalização da Codevasf, a descarga dos itens a serem fornecidos objeto deste Termo de Referência, bem como realizar



junto com a fiscalização a conferência, recebimento dos materiais, máquinas e equipamentos e verificação de possíveis avarias.

4.8. Todo carregamento deverá ser acompanhando dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

4.9. Os custos do técnico (transporte aéreo, hospedagem, diárias e deslocamentos), serão por conta do licitante/fornecedor.

4.10. No ato do desembarque de cada lote de itens fornecidos, a licitante vencedora deverá convocar a CODEVASF para inspeção e testes, a qual deverá verificar a qualidade dos objetos em questão e aceitar ou não o fornecimento dos mesmos.

4.11. O custo com a equipe de inspeção da Codevasf não deverá fazer parte da composição dos custos dos fornecimentos, sendo essa despesa de exclusiva competência da contratante.

4.12. Todos os equipamentos fornecidos através desta licitação deverão possuir garantia de fabricação de no mínimo 12 (doze) meses fornecida pelo fabricante.

4.13. No caso de máquinas e equipamentos, a licitante vencedora deverá comprovar, obrigatoriamente, na assinatura do instrumento, por meio de declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada, que a fornecedora/fabricante do bem possui assistência técnica (própria ou licenciada ou terceirizada/certificada) no âmbito do Estado.

4.14. Os bens ofertados deverão ser originais de fábrica, não se admitindo, em hipótese alguma, produtos reconicionados, remanufaturados ou reciclados, sob pena de afastamento do certame e/ou de não recebimento dos mesmos quando de sua entrega.

4.15. Os equipamentos, objeto dessa licitação, deverão ser entregues com a logomarca da CODEVASF pintada/adesivada em local visível, com dimensão proporcional às dimensões do bem identificado, de forma a garantir a visualização rápida e clara dos termos da impressão, conforme modelo especificado no ANEXO IV, do Edital, nos equipamentos deverão ter a identificação em pelo menos dois locais distintos.

4.16. Os bens, ora licitados, devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21/11/62), no que couber e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

4.17. Deverá ser fornecido, para cada equipamento, manuais de operação completos com todos os detalhes de funcionamento, planos de manutenções e peças de reposição de forma a perfeita operacionalização do mesmo.



4.18. Os equipamentos deverão ser novos, e no caso dos itens 01 e 02 (triciclo), 0 (zero) quilômetros, admitindo-se por questões normais de testes e pequenos deslocamentos de fábrica, transporte, carga e descarga, que os bens apresentem registros de limites MÁXIMOS de uso de 300 KM rodados.

4.19. Os equipamentos, objeto dessa licitação, que necessitam de rodas e pneus para o seu pleno funcionamento/deslocamento, deverão ser compostos pelos mesmos.

4.20. Os equipamentos dessa licitação deverão ser fornecidos com tanque de combustível cheio.

## **5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, nacionais ou estrangeiras, individuais, que atendam às exigências deste documento e seus anexos.

5.2 As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

5.3 Poderão participar desta licitação empresa brasileira, empresa estrangeira em funcionamento no País, empresa brasileira representante de empresa estrangeira e empresa estrangeira em funcionamento no País representante de empresa estrangeira.

5.4 As licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais itens, devendo apresentar proposta para a integralidade de cada item a que concorrer, discriminados no Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, e nas Especificações Técnicas – Anexos II e III deste Termo de Referência.

5.5 Não serão aceitas propostas para parte do item, implicando na desclassificação da proposta. Cada proposta deverá apresentar preço individual para cada item, assim como preço global para o grupo ou grupos em disputa.

## **5.7 CONSÓRCIOS E SOCIEDADES COOPERATIVAS**

5.7.1 Não será permitida a participação de consórcio. A logística necessária para o fornecimento dos itens a serem adquiridos, cumprindo o objeto, já foram divididas em itens específicos para melhorar e ampliar a competitividade, o que não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente pertinente a não formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de insumos, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.





## **5.8 SUBCONTRATAÇÃO**

5.8.1 Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação, já que a logística para entrega dos fornecimentos propostos envolve a entrega de bens comuns, foi agrupada em lotes específicos e não exige o envolvimento de especialidades muito diferentes para a execução.

## **5.9 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

5.9.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar do certame em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015. Neste certame, a cota reservada representa os itens: 02, 04 e 06.

## **6. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA**

6.1. O atestado de visita ao(s) local(is) do fornecimento não será obrigatório, porém é de inteira responsabilidade da licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

6.1.1. Os custos de visita ao local onde serão instaladas as máquinas e/ou equipamentos correrão por exclusiva conta da licitante.

6.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão instalados, montados e estocados os equipamentos objeto desse Termo de Referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Suporte Integrado da 6ª Superintendência da CODEVASF, em Juazeiro, no Estado da Bahia, nos telefones: (74) 3614 6284 / 3614 6272.

## **7. PROPOSTA FINANCEIRA**

7.1. As propostas financeiras deverão ser apresentadas conforme Carta de Apresentação de Proposta, modelo a ser disponibilizado pela 6ª/SL, e conter no mínimo o seguinte:

a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fornecedor de cada bem ofertado;



b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;

c) Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Ofertados para cada item, assim como Valor Global para o Grupo, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras;

d) Declaração, da própria licitante, que o fornecedor deverá executar todas as tarefas necessárias à instrução da CODEVASF, ou do montador designado, sobre a forma correta de montagem (quando couber), instalação e manutenção dos equipamentos;

e) Serão de responsabilidade da licitante vencedora o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:

e1) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada das máquinas e/ou equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;

e2) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.

f) Cronograma físico-financeiro detalhando mês a mês as fases de fabricação, transporte e entrega dos equipamentos no local especificado;

g) O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

7.1.1. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do item, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

7.1.2. Para efeito do disposto no subitem acima a licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar os preços dos itens ofertados em R\$ (reais),



com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

## **8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **8.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.1.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

8.1.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.1.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.1.2.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os serviços de forma a permitir a constatação da experiência da licitante na execução de serviços de fornecimento de equipamentos, observando o quantitativo mínimo de 20% (vinte por cento) do contingente total de cada item descrito na Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência, item 1 deste Termo de Referência.

i. Entende como similares equipamentos com a mesma funcionalidade, classe, aplicação, categoria, com parâmetros técnicos iguais, superiores ou equivalentes tecnicamente que serão verificados e avaliados pelo corpo técnico da CODEVASF durante o processo licitatório.

ii. Não será exigido atestado de capacidade técnica, em nome da concorrente, para os itens reservados às cotas ME/EPP - microempresas e empresas de pequeno porte.

b) A licitante deverá apresentar catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos itens objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:



b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;

b2) Desenhos preliminares dos equipamentos e máquinas ofertados com dimensões, peso e demais características;

b3) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos da licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.

8.1.3.1. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações da licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outras licitantes que ofertarem equipamentos dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo III deste Termo de Referência.

8.1.4 Será exigida apresentação da comprovação da boa situação financeira da empresa, confirmada por meio de consulta “online” ao SICAF, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas abaixo, bem como, o Capital social mínimo referente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, em atendimento a resolução 857/2022 da Diretoria Executiva.

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

Onde:

LG - Liquidez Geral

SG - Solvência Geral

LC - Liquidez Corrente



## **9. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, **R\$ 1.218.952,42 (um milhão, duzentos e dezoito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos)**, a preços de fevereiro de 2024, conforme indicado na Planilha de Quantidades, Especificações Técnicas e Preços Orçados, constantes do Anexo II destes Termos de Referência.

## **10. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 O prazo para execução dos fornecimentos será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de emissão da(s) Ordem(ns) de Fornecimento(s). A emissão e assinatura do Termo de Encerramento Físico se dará após a conclusão dos fornecimentos solicitados pela contratante.

10.2 O prazo da validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

## **11. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

11.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais (R\$), contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF.

11.2 O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento, o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal e mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos, perfazendo um prazo total de vigência de 210 (duzentos e dez) dias.

## **12. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

12.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis.

12.2. Caso ocorra assinatura da Ordem de Fornecimento, os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

$$R = V. \left[ a. \frac{MOi - MOo}{MOo} \right]$$



Onde:

R: valor do reajustamento

V: valor a ser reajustado

a: veículos pesados – 100%

MOi: Refere-se ao índice 1416650 – IPA-EP-DI Máquinas, aparelhos e equipamentos, correspondente ao mês de aniversário da proposta;

MOo: Refere-se ao índice 1416650 – IPA-EP-DI Máquinas, aparelhos e equipamentos, correspondente à data de apresentação da proposta;

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

### **13. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS**

13.1. Após o término dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

13.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.



b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.2.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

13.2.2. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

13.2.3. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contrato.

13.3. A Codevasf, por meio da fiscalização, terá 30 dias para verificar a adequação dos fornecimentos recebidos com as condições contratadas, vistoriar os equipamentos disponibilizados e emitir parecer conclusivo.

13.4. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.

13.5. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para: a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica.

#### **14. FISCALIZAÇÃO**

14.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos/serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados na forma do artigo 104, inciso III, que confere à Administração a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos administrativos; e o artigo 117 define que a execução contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais especialmente designados ou por seus substitutos.

14.2. A fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

14.3. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso,



obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da fiscalização, aos fornecimentos, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

14.4. A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Governança e Sustentabilidade, responsável pela execução do contrato.

14.5. Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

14.6. Das decisões da fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Governança e Sustentabilidade da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

14.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

14.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

## **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1. Fornecer os itens descritos nesse Termo de Referência, na quantidade, qualidade e condições indicadas, a partir da ordem de fornecimento emitida pela contratante.

15.2. A licitante fica obrigada a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

15.3. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016,





e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

15.4. O licitante, para demonstrar confiabilidade dos equipamentos a serem fornecidos, deverá apresentar uma ou mais declarações de fornecimento com as características técnicas mínimas solicitadas na comprovação de experiência específica exigida acima, apresentando o seguinte:

- Características do sistema de operação
- Local de instalação
- Nome e endereço do cliente

15.5. A confiabilidade dos equipamentos será avaliada com base nas declarações sobre experiências de campo fornecidas junto com a proposta para equipamentos com as características técnicas mínimas as solicitadas no item.

15.6. Apresentar os certificados da matéria prima e componentes utilizados, bem como os testes de fábrica e funcionamento dos itens, dos componentes e das peças que compõem os equipamentos em conformidades com as normas aplicáveis em formato de databook para verificação, histórico e conferência em 2 vias impressas e duas vias em CD. Dentre esses documentos deve constar os manuais de funcionamento, manutenção detalhado e lista de peças de reposição.

## **16. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

16.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

16.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

16.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

16.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

16.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

16.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos contratados.

16.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.



## **17. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

17.1. A(s) licitante(s) vencedora(s) responsabiliza(m)-se, por si e por seus sucessores, pela garantia de que todos os bens fornecidos são novos, sem uso e livres de defeitos de projetos, de fabricação ou de material, obrigando-se a garanti-los integralmente nas condições estabelecidas nas especificações técnicas respectivas, no prazo mínimo de 12 (doze) meses, ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da data da sua entrega à CODEVASF.

17.2. Caso a garantia contra defeitos de fabricação oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, a licitante vencedora deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante.

17.3. A licitante vencedora deverá garantir a disponibilidade de componentes e peças de reposição para os bens fornecidos por um período mínimo de 2 (dois) anos, contado a partir da data de entrega dos mesmos à CODEVASF.

17.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas, sem qualquer ônus adicional para a CODEVASF.

17.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

17.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de notificação da avaria.

17.7. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

17.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **18. CONDIÇÕES GERAIS**

18.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.



## **19. ANEXOS**

19.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativa
- Anexo II – Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços
- Anexo III – Especificações Técnicas
- Anexo IV – Mapa de Riscos



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
6ª Superintendência Regional

## ANEXO I

### JUSTIFICATIVAS

**Finalidade:** este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos equipamentos a serem adquiridos, previstos nos Termos de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar os Termos de Referência.

**Justificativas:**

De acordo com a Indústria Brasileira de Árvores, atualmente são produzidos cerca de 11 milhões de toneladas de papel no Brasil (IBA, 2022). Desse total, cerca de 66,7% foram reciclados em 2020, segundo o Atlas Brasileiro da Reciclagem. O material é o item de maior participação entre o material coletado por associações (46% do total recolhido), sendo o Brasil é um dos maiores recicladores de papel no mundo.

A fragmentação do papel é realizada quando alguns doadores exigem esse procedimento para documentos considerados sigilosos, garantindo a segurança de dados. O processo reduz o volume do papel, resultando em cargas mais eficientes e custos logísticos reduzidos, contribuindo para uma gestão financeira mais sustentável pelas associações de catadores. Ao fragmentar documentos diretamente na associação, os catadores conseguem agregar mais valor ao papel, eliminando a necessidade de intermediários que muitas vezes diminuem a margem de lucro da associação. Isso permite que a organização tenha um controle mais direto sobre o processo de reciclagem, melhorando a eficiência e aumentando a rentabilidade e fortalecendo a posição da associação como um agente autônomo no mercado de reciclagem.

Outro equipamento de grande importância é o triturador de vidro, considerado uma solução valiosa ao oferecem a capacidade de processar grandes volumes de vidro de forma eficiente, reduzindo o espaço necessário para armazenamento e minimizando os riscos associados ao manuseio manual. Ao triturar o vidro, ele é transformado em fragmentos mais compactos, facilitando o transporte e contribuindo para a redução dos custos logísticos. Além disso, o vidro triturado pode ser vendido a preços mais competitivos, pois ocupa menos espaço nos veículos de transporte, aumentando a lucratividade para as associações de catadores. Ao promover o processamento local do vidro, reduz-se a dependência de grandes centros de reciclagem, fortalecendo a economia local e diminuindo a pegada de carbono associada ao transporte de longa distância.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Sustentabilidade e Governança**

Os triciclos e veículos adaptados desempenham um papel crucial na coleta e transporte de materiais recicláveis, proporcionando uma solução eficiente e sustentável para os catadores. Oferecem mobilidade ágil, permitindo que os catadores alcancem locais de difícil acesso, coletando materiais recicláveis de forma eficaz. Além disso, o uso desses triciclos motorizados proporciona aos catadores um meio mais seguro e eficiente de transportar os materiais coletados, permitindo a coleta de volumes maiores de recicláveis, e reduzindo o esforço físico dos trabalhadores, promovendo condições de trabalho mais dignas e saudáveis.

A doação desses equipamentos, facilita e agiliza a atividade dos catadores, além de representar um passo importante para modernizar as práticas das associações e cooperativas, alinhando-as aos padrões ambientais e de segurança, enquanto impulsiona seu papel na cadeia de reciclagem e reduz a dependência dos atravessadores na cadeia de reciclagem. Essa autonomia pode resultar em uma maior capacidade de negociação, melhores condições comerciais e uma gestão mais eficaz dos recursos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e econômico da associação de catadores.

**Da necessidade da contratação**

A gestão de resíduos sólidos urbanos apresenta-se como um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos municípios, em função do grande volume gerado diariamente pela população, dos gastos relacionados a seu gerenciamento e os impactos ao meio ambiente e à saúde da população. Importantes para o ambiente e ainda, por aumentarem a vida útil dos aterros sanitários, as atividades como a coleta e comercialização de resíduos recicláveis estão presentes em parte dos municípios da região de atuação da Codevasf. No entanto, em grande parte dos casos, ainda são realizadas de maneira precária, com baixo nível de estruturação. O fornecimento de equipamentos para estas cadeias produtivas, é de fundamental importância para o desenvolvimento de atividades voltadas para associativismo e cooperativismo, pois aumentam a produtividade da mão de obra labutante, assim como a eficiência nos processos produtivos e, conseqüentemente, o melhor desempenho da ação laboral e econômica das famílias beneficiadas.

Alinhada às políticas nacionais, a Codevasf vem apoiando o estado e os municípios no âmbito da execução de suas políticas de Resíduos Sólidos. Uma das formas de apoio adotadas pela Codevasf consiste na estruturação de cadeias produtivas, por meio da aquisição e subsequente doação de equipamentos e materiais diversos para entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, de acordo com a potencialidade e vocação de cada beneficiário, obedecendo-se o trâmite legalmente estabelecido para as doações.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Sustentabilidade e Governança**

Nesse contexto, a Codevasf planeja fornecer aos catadores organizados em associações ou cooperativas, equipamentos e materiais necessários à produção e consequente melhoria na qualidade e aumento da quantidade da produção, auxiliando no desenvolvimento dessa importante atividade.

Justifica as razões de interesse público, pois é necessária a contratação dos fornecimentos objeto da presente licitação. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. A contratação dos fornecimentos de equipamentos e materiais de uso em atividades de reciclagem, visa apoiar a estruturação de associações, em diversos municípios na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, área carente de investimentos e que necessita de maior atenção.

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições estruturais e técnicas para o desenvolvimento de atividades de reciclagem na área de atuação da 6ª SR da CODEVASF, numa perspectiva de segurança financeira e melhoria da qualidade de vida dos catadores e suas famílias, faz-se necessária a aplicação de recursos públicos para aquisição dos itens descritos neste edital.

**Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO**

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

**Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):**

A Codevasf tem como um de seus objetivos, promover melhorias no sistema de produção de diversas atividades econômicas, por meio da aquisição de máquinas, implementos, equipamentos, insumos e materiais de modo a impulsionar atividades produtivas, possibilitando a geração de emprego e renda fomentando o desenvolvimento regional.

Tomando por base o trabalho frequente de aquisição de materiais para reciclagem pela 6ª SR e em outras superintendências, em anos anteriores, observa-se que as solicitações para esse tipo de item sempre estiveram presentes, seja através de recursos de emendas parlamentares ou alocados diretamente na CODEVASF pela



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Sustentabilidade e Governança**

União, e que os quantitativos são variáveis. Ainda com base em demandas anteriores e tendo em vista a necessidade de fortalecimento da cadeia de resíduos recicláveis, vislumbra-se interesse por parte de parlamentares, na aplicação de recursos públicos oriundos de emendas parlamentares na estruturação de galpões de triagem e/ou núcleos de coleta seletiva.

O presente processo atende plenamente ao inciso I do artigo 3º do Decreto nº 11.462, de 2023, o qual versa sobre as hipóteses para a adoção de um Sistema de Registro de Preços.

**Da admissão de Órgão Participante:**

**Não** – Não será permitida a inclusão de Órgão Participante nesse certame, pois a CODEVASF-6ª/SR não possui quantitativo de funcionários suficiente para realizar os procedimentos administrativos necessários à realização dos trâmites exigidos para admissão de outros órgãos junto à esta licitação, o que implicaria em dificuldades para realização desta opção. Dessa forma, justifica-se a opção de não permitir tal admissão.

**Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona):**

**Sim** – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública. Diferentemente da Admissão de Órgão Participante, a Admissão de Adesão dos órgãos não participantes (carona) só é realizada após a conclusão do certame, não há, nesse caso, prejuízos quanto ao alcance do término deste antes do fim do exercício fiscal de 2024; e que não há necessidade de muitos tramites burocráticos para permissão de procedimentos de adesão, posiciona-se como possível a realização desta opção administrativa. Essa diferença em termos de exigências legais, administrativas e burocráticas viabiliza a participação de outras empresas neste certame através de “carona” e inviabiliza a participação destas na modalidade “admissão”, principalmente por conta dos prazos necessários.

**Do Modo de Disputa:** estipulou-se no Termo de Referência, o modo de disputa do tipo aberto com intervalo mínimo de diferença entre os lances de (0,5 %). Considera-se que o intervalo nessa proporção é razoável e permite a plena competição entre os licitantes.

**Da Qualificação Técnica:** No Termo de Referência, há exigência dentre os participantes, da comprovação de qualificação técnica através de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica com quantitativos mínimos de 20% (vinte por cento) do contingente total para item a ser licitado, conforme parâmetro estabelecido pelo Art.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Sustentabilidade e Governança**

67, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Entende-se que essa proporção é razoável, pois não é alta o suficiente para restringir a ampla concorrência entre as empresas fornecedoras, muito menos baixa o suficiente para permitir a participação de empresas com baixa capacidade de fornecimento. Além disso, essa proporção está em consonância com o Acórdão do TCU 2696/2019, o qual esclarece que é irregular a exigência desse tipo de atestado com quantitativo mínimo superior a 50% (cinquenta por cento), exceto se houver justificativa técnica plausível.

**Cota de Preferência ME e EPP:** A 6ª/SR decidiu utilizar somente 10% dos 25% de cota de preferência para micro (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015. Com a utilização de 10%, fica garantida a participação e o fomento das micro e pequenas empresas, e por outro lado a administração consegue uma maior economicidade no processo de compra, uma vez que, verificou-se nos últimos pregões eletrônicos realizados por esta superintendência, que os preços ofertados por MEs e EPPs foram bem maiores do que de outras empresas. Ressalva-se que, se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

Não será dada exclusividade em nenhum dos itens para ME/EPP, em razão do estabelecido no art. 6º do Decreto nº 8.538/15, porque os preços de todos os itens são superiores ao valor estabelecido como referência (R\$ 80.000,00).

**Condições de participação de empresa estrangeira:** Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.

**Garantia de Execução:** não será exigida garantia de execução, visto que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

**Permite Participação de Consórcios e Sociedades Cooperativas:** Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente não necessária a formação de consórcios. A ausência da previsão de consórcio neste TR não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas, enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de





**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Sustentabilidade e Governança**

materiais e/ou equipamentos, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

**Critério de Julgamento:** Menor preço, de acordo com o Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016.

**Valor estimado:** Público - Conforme Acórdão n.º 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei n.º 3.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Garantia do Objeto:** A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo mínimo de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem ou tempo de uso, a contar da data do recebimento definitivo do bem, nas especificações técnicas de cada produto constante deste Termo de Referência. Caso a licitante ofereça produto com garantia de fábrica superior ao exigido no Edital, prevalecerá a garantia do fabricante, por ser mais vantajoso para a administração pública. Este é o prazo usual utilizado pelo mercado para esses tipos de itens, e visa garantir que defeitos apresentados nesse período, derivados de montagem errada ou pelo desgaste de peças defeituosas sejam corrigidos pelos fabricantes, sem prejuízo para os adquirentes do produto.

A Contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a Contratante, a substituição dos bens objetos deste Termo de Referência, quando os mesmos apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.

É de responsabilidade da Contratada o ônus da prova da origem das falhas.

**Da exigência de apresentação de assistência técnica no estado da Bahia:** Não foi exigido como condição de habilitação ou aceitabilidade de proposta, mas quando da contratação a empresa garantir assistência técnica na Bahia. A empresa fornecendo nomes de estabelecimentos na Bahia, quando da contratação, para assistência técnica do veículo e equipamento será aceito. Tal procedimento não restringe a competitividade das licitantes e atende ao Acórdão n.º 2311/2020 – Plenário que permitia tal solicitação somente à licitante vencedora.

Ratificamos que os municípios beneficiários precisarão de assistência técnica, mas para manter a viabilidade seria no mínimo no estado da Bahia, caso contrário poderia inviabilizar a manutenção e conservação do bem.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
6ª Superintendência Regional

**ANEXO II**

**ESCOPO DO FORNECIMENTO**

Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência Equipamentos para Apoio a Ações de Arranjos Produtivos Locais								
Item	CATMAT	Descrição/ Especificações técnicas	Qtd	Unidade	Valor unitário	Valor total	Margem de preferência (%)	Fonte da Cotação
1	602880 (semelhante)	Triciclo	18	und	R\$ 33.186,50	R\$ 597.357,04	90%	Painel de preços e Cotação
2	602880 (semelhante)	Triciclo	2	und	R\$ 33.186,50	R\$ 66.373,00	10%	Painel de preços e Cotação
3	205112 (semelhante)	Fragmentadora de papel	18	und	R\$ 7.784,67	R\$ 140.124,11	90%	Painel de preços e Cotação
4	205112 (semelhante)	Fragmentadora de papel	2	und	R\$ 7.784,67	R\$ 15.569,35	10%	Painel de preços e Cotação
5	459039 (semelhante)	Triturador de vidro	18	und	R\$ 19.976,45	R\$ 359.576,03	90%	Painel de preços e Cotação
6	459039 (semelhante)	Triturador de vidro	2	und	R\$ 19.976,45	R\$ 39.952,89	10%	Painel de preços e Cotação
					<b>Total</b>	<b>R\$ 1.218.952,42</b>		



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional**

**ANEXO II**

**QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

ITEM	CATMAT	Descrição/ Especificações técnicas
01 e 02	602880 (semelhante)	Triciclo, tipo transporte de carga com caçamba, cilindro 4 tempos, capacidade do motor 150 CC ou superior, tipo de combustível gasolina, capacidade de carga da caçamba: mínima de 300 kg, acionamento elétrico e pedal, sistema de eixo cardan, marcha pra frente e ré. Carroceria em chapa de aço carbono. Cor da carroceria: verde ou preta. Traseira: porta com fechadura e abertura lateral ou pra baixo. Abastecido com tanque de combustível cheio. Faixa refletiva, faróis, lanterna de freio, iluminação da placa traseira, buzina, espelhos retrovisores de ambos os lados, giroflex de segurança, indicadores luminosos de mudança de direção, velocímetro, pisca alerta, antena de proteção e demais equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. Ano/Mod: 2023/2024. Homologado pelo DENATRAN. Licença LCVM/LCM. Com manual de instruções virtual e impresso. Assistência técnica no estado da Bahia. Garantia mínima de 12 meses com todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito. Marca ofertada deverá possuir Assistência Técnica Autorizada no Estado de entrega. O veículo deverá estar emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com taxas e impostos quitados. Logomarca da Codevasf silkada em local visível. Deverá ser realizada entrega técnica.
03 e 04	205112 (semelhante)	Fragmentadora de papel 75g/m <sup>2</sup> , em estrutura, pentes raspadores e engrenagens metálicas, de funcionamento contínuo, sem parada para resfriamento. Tensão Motor: 220 V, Capacidade Lixeira: 80 L, Tipo: Automática, Potência mínima: 500 W, Capacidade de fragmentação mínima de 30 folhas por vez, Nível Ruído máximo: 65 Db, Nível de segurança mínimo P2. Botão de emergência. Abertura horizontal de inserção igual ou superior a 300 mm. Chave liga/desliga/reversão. Estrutura sobre rodas para locomoção. Com manual impresso de fábrica. Garantia mínima de 1 ano, com assistência técnica no estado da Bahia. Montagem e entrega técnica com treinamento operacional, conforme NR 12.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas**

05 e 06	459039 (semelhante)	Triturador de vidro, estrutura em aço carbono, 220 V, granulometria 40 mm ou menor, capacidade mínima de 150 kg/h, com reservatório, abertura mínima de 200 x 200 mm, sensor de segurança. Laudo com Adequações à Norma NR 12 e ART do Engenheiro Responsável. Com manual impresso de fábrica. Garantia mínima de 1 ano, com assistência técnica no estado da Bahia. Montagem e entrega técnica com treinamento operacional, conforme NR 12.
---------	------------------------	--



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
6ª Superintendência Regional

**ANEXO IV**

**MAPA DE RISCOS**

<b>Risco</b>	<b>Definição</b>	<b>Alocação (Codevasf, Contratada ou Compartilhada)</b>	<b>Impacto (Alto, médio ou baixo)</b>	<b>Probabilidade (frequente, provável, ocasional, remota ou improvável)</b>	<b>Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco</b>
1 - Necessidade de fornecer itens ofertados pela contratada na licitação com alteração de especificações	Fornecimento dos itens em desacordo com as especificações técnicas.	Contratada	Médio	Ocasional	Contratada deverá apresentar o(s) item(ns) com especificação(ões) igual(is) ou superior(es) para aprovação pela fiscalização sem aumento dos custos. Proceder uma fiscalização rigorosa, por parte da Codevasf por ocasião do recebimento do(s) item(ns).
2 - Entrega em desacordo com as especificações do Edital.	Não verificação pela contratada da especificação do equipamento descrita no Edital.	Contratada	Alto	Remota	Contratada deverá promover imediata correção, adequação ou substituição do fornecimento em compatibilidade com a especificação mínima do Edital.
3 - Interrupção do contrato	Verificação da impossibilidade provisória de recebimento do item por parte da Codevasf.	Compartilhada	Baixa	Remota	Interrupção da contagem do prazo de entrega
4 – Dano(s) na descarga do(s) item(ns) de fornecimento	Dano(s) na descarga ou organização do(s) item(ns) na entrega.	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata do item(ns) danificado(s) pela Contratada na descarga.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional**

5 - Dano no frete dos itens de fornecimento	Dano durante o transporte dos materiais, equipamentos ou máquinas	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata do material, equipamento ou máquina danificado pela Contratada durante o transporte
6 – Prorrogação após o término do prazo de execução	Solicitação de prorrogação de prazo após término do prazo de execução.	Contratada	Médio	Ocasional	Não será permitido aditivo de prazo.
7 – Processo licitatório ficar sem proposta para algum(ns) item(ns).	Dos itens que serão licitados, há o risco de que algum(ns) deles não obtenha(m) proposta ofertada por parte das licitantes.	Codevasf	Médio	Provável	Para o(s) item(ns) que não for(em) ofertada(s) proposta a Codevasf reabrirá novo processo licitatório, aprofundando melhor a pesquisa de preços, para o(s) item(ns) específico(s).
8 – Variação de local de entrega	Mudança nos locais de entrega dos equipamentos por interesse da Codevasf, dentro dos previstos no Estado da Bahia	Compartilhada	Baixo	Ocasional	A Codevasf deverá avisar quando da emissão da Ordem de Fornecimento e não ocorrerá alteração do valor do preço ofertado por parte da Contratada